

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.310.586 - SP (2018/0145265-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : AMBEV S.A  
**ADVOGADOS** : SIDNEI AGOSTINHO BENETI FILHO - SP147283  
VINICIUS RIBEIRO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA - DF019680  
ALESSANDRA SANTOS CANTÃO LUCCO E OUTRO(S) -  
SP309264  
ANDRÉ CARDOSO FREIRE - DF055602  
**AGRAVADO** : TRANSPORTES LUFT LTDA  
**ADVOGADOS** : RENATO NAPOLITANO NETO - SP155967  
CAROLINA UZEDA LIBARDONI E OUTRO(S) - SP373432

**EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUDIÊNCIA. NÃO COMPARECIMENTO DE TESTEMUNHA. INQUIRÇÃO. DESISTÊNCIA. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por AMBEV S.A, em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, aviado pela alínea "a" do art. 105, III, da Constituição Federal, ao fundamento de ausência de demonstração da ofensa aos arts. 1º, 8º e 455, § 2º, todos do CPC, bem como de incidência da Súmula 07/STJ (e-STJ fls. 323-324).

Em suas razões, infirmou especificamente as razões da decisão agravada (e-STJ fls. 327-333).

No recurso especial, a parte recorrente alega ofensa aos arts. 1º, 8º e §2º do art. 455, todos do Código de Processo Civil, sustentando, em síntese, nova

designação de data para a oitiva da testemunha, por esta ser de extrema relevância à defesa dos seus interesses, uma vez que tal testemunha participou da condução da relação contratual havida com a parte recorrida e traria esclarecimentos essenciais quanto à forma de cobrança de locação de veículos e quanto ao acordo formalizado para devolução de caminhões.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 312-322).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo N° 3/STJ.

Ato contínuo, percebe-se que a irresignação não merece acolhida.

A parte recorrente, em sede de recurso especial, alega, em síntese, ofensa aos arts. 1º, 8º e §2º do art. 455, todos do Código de Processo Civil, sustentando, em síntese, nova designação de data para a oitiva da testemunha, por esta ser de extrema relevância à defesa dos seus interesses, uma vez que tal testemunha participou da condução da relação contratual havida com a parte recorrida e traria esclarecimentos essenciais quanto à forma de cobrança de locação de veículos e quanto ao acordo formalizado para devolução de caminhões.

O acórdão recorrido, por sua vez, assim assentou (e-STJ fls. 292-294):

*Cinge-se a controvérsia quanto a designação de nova data de audiência de instrução para oitiva da testemunha Roberto. (...)*

*No entanto, da leitura atenta dos autos, verifica-se que independente das tentativas anteriores de oitiva da testemunha nas comarcas de Porto Alegre e Capital, o que se vê é que da audiência designada na comarca de Ribeirão Preto a ora agravante comprometeu-se a apresentar a testemunha independentemente de intimação, nos termos da petição de fls. 565 dos autos originários, sendo que esta não compareceu ao ato, conforme termo de audiência de fls. 265. (...)*

*Logo, se a embargante arrola a testemunha assumindo o ônus de apresentá-la em audiência, de rigor indeferimento de nova oitiva, tratando-se de desistência de sua inquirição, por expressa presunção legal, do art. 455, § 2º, do CPC: (...)*

*Verifica-se que a testemunha em questão trata-se de*

*funcionário da embargante, sendo que a justificativa dada para seu não comparecimento na audiência designada fora a existência de “motivos profissionais urgentes”, conforme petição de fls. 536 dos autos originários. Curioso se mostra que a agravante tenha provocado obstáculos à oitiva de seu funcionário que atuaria em sua defesa.*

*Ora tal justificativa não se mostra capaz de ilidir a presunção legal de desistência da inquirição da testemunha, vez que tais motivos profissionais urgentes não foram comprovados por qualquer meio, limitando-se a tal informação em petição.*

*Desse modo, a agravante não se desincumbiu do seu ônus probatório, pois como já diziam os romanos “allegare nihil et allegatum non probare paria sunt”, vale dizer alegar e não provar equivale a nada alegar.*

*Outrossim, devida a aplicação da presunção legal de desistência da oitiva da testemunha.*

Com efeito, vislumbra-se que a irresignação da parte recorrente não merece guarida, uma vez que, elidir as conclusões do aresto impugnado, mormente quanto ao fato de que a justificativa para o não comparecimento em audiência “*não se mostra capaz de ilidir a presunção legal de desistência da inquirição da testemunha, vez que tais motivos profissionais urgentes não foram comprovados por qualquer meio, limitando-se a tal informação em petição*”, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 07/STJ.

A propósito:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.**  
**1. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. 2. AUSÊNCIA DA PARTE E DE SEU PATRONO NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 3. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO EXPRESSA DO DISPOSITIVO LEGAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. 4. AGRAVO IMPROVIDO.**

**1. A alegação genérica de violação do art. 535 do Código de Processo Civil, sem explicitar os pontos em que teria sido omissa o acórdão recorrido, atrai o óbice da Súmula 284/STF.**

**2. A análise sobre o “justo motivo” da ausência das testemunhas e da representante legal da agravante à audiência previamente designada invade, necessariamente, o**

***campo fático-probatório da lide, atraindo o enunciado n. 7 da Súmula desta Casa.***

***3. Não se conhece do recurso especial interposto com base na alínea c do permissivo constitucional quando não há indicação dos dispositivos de lei federal em relação aos quais haveria dissídio, por aplicação da Súmula 284/STF.***

***4. Agravo regimental a que se nega provimento.***

***(AgRg no AREsp 610.624/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/05/2015, DJe 21/05/2015)- g.n.***

Destarte, melhor sorte não socorre à parte agravante.

**Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator